

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2014
(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Solicita ao Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, informações relativas à elevação da tarifa de energia elétrica prevista para o ano de 2015, em face à situação de baixa disponibilidade de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, pedido de informações relativas à elevação da tarifa de energia elétrica prevista para o ano de 2015, em face à situação de baixa disponibilidade de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

Nesse sentido, solicito que seja informado:

- o tamanho exato do rombo do setor elétrico neste ano;
- a participação de cada banco no empréstimo às distribuidoras;
- a taxa de juros praticada no financiamento;
- novos repasses que o tesouro terá que fazer, considerando que, no leilão do dia 30 de abril, as distribuidoras não contrataram toda a energia necessária;
- o valor do reajuste nas tarifas em 2015 que foi utilizado como garantia para os financiamentos;
- as geradoras que participaram do leilão de energia do último dia 30.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo, publicada no dia 23 de abril de 2014, o gasto extra das empresas de distribuição com a compra de energia chegou a 4,7 bilhões em fevereiro desse ano, de acordo com a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

O número supera em 17,5% as estimativas do setor e indica que pode haver necessidade de mais empréstimos, principalmente se o leilão, que foi realizado pelo governo no último dia 30, não suprisse toda a necessidade de energia das distribuidoras. O que acabou se confirmando. Os 4,7 bilhões de custo extras serão bancados com o empréstimo bancário que o governo tenta fechar com bancos, privados e públicos, que serão repassados para a tarifa de energia elétrica paga pelos consumidores a partir de 2015, bem como com repasses do Tesouro Nacional.

Segundo a mesma reportagem, e de acordo com as palavras de Romeu Rufino, Diretor-Geral da Aneel, o tamanho do rombo no setor elétrico se deve, em parte, à não adesão das usinas da Cesp (São Paulo), da Cemig (Minas Gerais) e da Copel (Paraná) à renovação dos contratos de concessão. A renovação antecipada das concessões foi proposta pela presidente Dilma Rousseff em setembro de 2012.

O Acordo estava condicionado à aplicação de uma tarifa menor pelas empresas, para que o desconto médio de 20% para o consumidor pudesse ser viabilizado. Como as três companhias não aceitaram a proposta, elas ficaram desobrigadas a baixar o preço, nem entregar parte de sua geração às distribuidoras no ambiente regulado de contratação. Assim elas puderam comercializar sua energia livremente com grandes empresas e indústrias, no mercado livre, em contratos mais rentáveis, o que reduziu a oferta de energia para as distribuidoras.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 2014.

Deputado **ARNALDO JARDIM**
PPS-SP